



Revista EaD &

tecnologias digitais na educação

Formação de professores a distância (EAD) e o transtorno específico da aprendizagem com prejuízo na leitura, a dislexia

Elisiana Pain dos Santos, IFSC

elisiana.psantos@gmail.com

Antonio Luiz Gubert, IFSC

antonio.gubert@ifsc.edu.br

Cristina Folster Pereira, IFSC

antonio.gubert@ifsc.edu.br

Resumo: *A dislexia começou a ser discutida na educação recentemente e de acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (2019) cerca de 15% dos alunos em período de alfabetização apresentam dificuldades e prejuízos na leitura, recebendo diagnóstico. O professor é o primeiro profissional a identificar dificuldades de leitura e escrita, pois é o responsável pelo processo de alfabetização. Por isso, tem-se a necessidade de formar professores capazes de perceber as dificuldades e conseguir traçar estratégias para diminuí-las. Os sujeitos da pesquisa foram 11 acadêmicos concluintes de um curso de pedagogia a distância, que de livre e espontânea vontade responderam um questionário online através da plataforma Google Forms. A análise das informações obtidas ocorreu de modo qualitativo exploratório, fazendo um paralelo entre as respostas e os materiais já publicados. Sendo assim, buscou-se compreender a realidade de uma pequena amostra da região, no que diz respeito ao ensino EaD e o conhecimento sobre transtornos de aprendizagem. Os resultados demonstraram que as grades do curso de pedagogia abordam os transtornos de aprendizagem, permitindo aos acadêmicos o contato com o tema e a preparação para a atuação profissional. Dessa forma, tem-se a necessidade de cursos de especialização e de formação continuada sobre as dificuldades de aprendizagem, para que os professores possam obter maiores informações sobre e, conseqüentemente desenvolver um trabalho assertivo e que possibilite a inclusão de todos os educandos.*

Palavras-chave: *Dislexia. Aprendizagem. Educação a distância.*

Abstract: *Dyslexia began to be discussed in education recently and according to the Brazilian Association of Dyslexia (2019) about 15% of students in the period of literacy problems and impaired reading, diagnostic diagnosis. The teacher is the first professional to identify reading and writing difficulties, as he is responsible for the literacy process. For this reason, there is a need to train qualified teachers to observe the difficulties and be able to devise strategies to reduce them. The research subjects were 11 academics who completed a distance pedagogy course, who freely answered an online questionnaire through the Google Forms platform. An analysis of the information derived in an exploratory qualitative way, making a parallel between the answers and the materials already published. Thus, we sought to understand the reality of a small sample of the region, not with regard to distance education and knowledge about learning disorders. The results showed that the notes of the pedagogy course address learning disorders, allowing students to get in touch with the theme and prepare for professional performance. Thus, there is a need for specialization courses and continuing education on learning difficulties, so that teachers can obtain more information about and, consequently, develop an assertive work that allows the inclusion of all students.*

Keywords: *Dyslexia. Learning. Distance education.*

1. Introdução

As dificuldades de aprendizagem surgem principalmente nos anos iniciais da educação, época em que os alunos estão em processo de alfabetização. É nessa fase que os indivíduos estão conhecendo as letras, os números, formando palavras e frases, para conseguir ler e interpretar. Também é nessa etapa que algumas crianças apresentam dificuldades para decodificar e compreender o que está sendo trabalhado.

Nos últimos anos, está sendo comum acompanhar através da mídia, das redes sociais e das próprias instituições de ensino, relatos de professores, que mantêm contato com alunos que apresentam transtornos de aprendizagem, exigindo assim, uma postura diferenciada dos educadores e da equipe escolar na realização dos trabalhos, para que a alfabetização ocorra de modo eficaz.

O transtorno específico da aprendizagem com prejuízo na leitura, a dislexia, é considerado um déficit na aquisição linguagem, relativamente comum no meio escolar. É observada e diagnosticada principalmente no período da infância, quando a exploração da linguagem ocorre de modo mais efetivo e a criança está em fase de alfabetização. O transtorno é caracterizado pela dificuldade na escrita, leitura e codificação de letras (TEIXEIRA; MARTINS, 2012).

Grande parte das dificuldades escolares podem ser amenizadas quando os profissionais da educação têm formação adequada para percebê-las. O professor, como mediador do conhecimento, é uma peça fundamental para a aprendizagem escolar dos alunos. Desse modo, precisa estar atento às necessidades do público atendido, suas particularidades e necessidades. Deve-se considerar que, muitas vezes a primeira pessoa a suspeitar dos transtornos de aprendizagem, tais como a dislexia, é o professor ao observar os comportamentos em sala de aula.

Como objetivo geral do trabalho, buscou-se através da pesquisa bibliográfica e de campo, compreender as características da dislexia enquanto transtorno específico de aprendizagem, percebendo se os acadêmicos de um curso de graduação a distância conhecem a dislexia e se eles se sentem aptos ao trabalho com disléxicos.

Como consequência, um dos propósitos deste, foi o de enfatizar a importância dos cursos de aperfeiçoamento sobre os transtornos de aprendizagem na formação de professores, pois percebe-se que é de necessidade fomentar debates sobre o tema, tendo em vista que atualmente a dislexia atinge até 17% da população mundial, sendo de grande incidência (ABD, 2019).

Desse modo, o questionamento que pretende-se compreender é, se os concluintes de um curso de licenciatura (EAD) em pedagogia do município de Xanxerê - SC têm entendimento sobre o Transtorno específico da aprendizagem com prejuízo na leitura, a dislexia.

2. Dislexia e a formação docente

2.1. O que é aprendizagem?

Os processos envolvidos na aprendizagem humana despertam a curiosidade dos estudiosos há muitos anos. Com o objetivo de compreender como ela se desenvolve e conhecer os mecanismos envolvidos, diversas teorias se originaram, tanto nas áreas da educação como nas áreas da medicina e psicologia (MOREIRA, 1999).

Carl Rogers, doutor em psicologia educacional, desenvolveu importantes pesquisas acerca do ensino e da aprendizagem. De acordo com Moreira (1999), ele descreveu três tipos gerais de aprendizagem: a cognitiva, afetiva e a psicomotora. A aprendizagem cognitiva diz respeito às informações organizadas na mente, a afetiva está relacionada aos sentimentos despertados (alegria, dor, tristeza, etc.), enquanto a aprendizagem psicomotora é aquela que necessita de treinos e de práticas. Ele defendia uma educação pautada na facilitação da aprendizagem e centrada no aluno.

A sociedade atual se caracteriza pela dinamicidade, pela mudança, não pela tradição, pela rigidez. O homem moderno vive em um ambiente que está continuamente mudando. O que é ensinado torna-se rapidamente obsoleto. Nesse contexto, o único homem educado é o que aprendeu a aprender; o homem que aprendeu a adaptar-se e mudar; que percebeu que nenhum conhecimento é seguro e que só o processo de busca pelo conhecimento dá uma base para segurança (MOREIRA, 1999, p.145).

Desse modo, Rogers segundo Moreira (1999), enfatiza que a figura do educador deve ser baseada na autenticidade para que consiga atingir resultados mais eficazes, pois quando a figura do professor torna-se mais “humana”, conseqüentemente torna-se mais empático e compreensivo, auxiliando os educandos no processo de ensino e aprendizagem.

Lev Vygotsky parte da premissa de que a linguagem vai muito além do ato de expressar-se, ela é considerada um item social e a alfabetização é a porta de entrada no mundo letrado. Sua teoria propõe uma visão mediada pela cultura, onde o desenvolvimento e a aprendizagem estão intimamente ligados, pois consistem na internalização das interações (VIGOTSKY apud PALANGANA, 2001).

Para este teórico, a aprendizagem apresenta-se em dois níveis de desenvolvimento, o desenvolvimento real e o potencial. O primeiro refere-se ao que a criança já conhece e já tem assimilado e consegue resolver de forma independente, e o segundo é tudo aquilo que as crianças conseguem realizar com auxílio de alguém mais experiente (VIGOTSKY apud PALANGANA, 2001).

Ainda de acordo com Palangana (2001), Vigotsky desenvolveu uma teoria que utilizou-se da dialética entre as questões biológicas e culturais. De acordo com ele, a criança aprende a medida em que interage com o meio, com o ambiente e com o contexto social, internalizando significados, conceitos e informações.

Por sua vez, Jean Piaget importante teórico das áreas da educação e psicologia, descreveu estudos que conjugam o lógico com o biológico. Autor de diversos livros e de uma vasta produção, comprometeu-se com um modelo social para compreender os aspectos envolvidos na aprendizagem humana e no pensamento infantil (PIAGET Apud PALANGANA, 2001).

Influenciado pela psicologia da Gestalt e da psicanálise, Piaget utilizou-se principalmente da biologia para descrever a organização funcional das estruturas mentais. O intelecto infantil sofre influências biológicas (hereditárias) e das experiências adquiridas socialmente (PIAGET Apud PALANGANA, 2001).

De acordo com Palangana (2001), Piaget descreve quatro estágios do desenvolvimento humano: Sensório-motor que vai do nascimento aos dois anos de idade, período onde o bebê aprende a manipular objetos. Pré-operacional dos dois aos sete anos de idade, quando a criança desenvolve a criatividade, a memória e a imaginação. O estágio das operações concretas vai dos sete aos doze anos e é marcado pela tomada de consciência de mundo, por último, o estágio das operações formais, vai dos 12 anos até a vida adulta e compreende a utilização da lógica na resolução dos problemas.

2.2. Transtornos de Aprendizagem

Nos últimos anos, foi possível perceber um crescente aumento de crianças diagnosticadas com transtornos de aprendizagem em nosso país, principalmente nos períodos de iniciação à fase de leitura. Inúmeras podem ser as causas para o baixo rendimento escolar, exigindo dos profissionais um olhar atento e compreensivo (TEIXEIRA; MARTINS, 2012).

Todavia, todos os obstáculos que venham a interferir no processo de aprendizagem devem ser monitorados com atenção, independente de suas causas. A família e a escola precisam estar atentas de modo a desenvolver estratégias que visem a superação dessas dificuldades (TEIXEIRA; MARTINS, 2012).

É importante destacar que os problemas de aprendizagem podem surgir em qualquer etapa de vida do ser humano e do processo educativo, não sendo exclusivo da infância. Elas podem ser oriundas de processos genéticos ou adquiridas no decorrer dos anos. Podem também ser permanentes ou temporárias. Desse modo, os déficits podem ter origem orgânica, cognitiva, afetiva e/ou socioambiental (XENÍCILA, 2019).

Farrell (2008) destaca que muitas vezes as discussões em torno das causas dos transtornos de aprendizagem e suas definições não são solucionadas, tendo em vista que estas podem variar e ser desencadeadas por mais de um agente. O autor cita ainda que grande parte dos transtornos causam dificuldades fonológicas, de memória, coordenação, organização, etc. associadas em graus variados.

O trabalho desenvolvido com crianças com diagnósticos de transtornos de aprendizagem é multiprofissional, envolvendo os professores, médicos, psicólogos, psi-

copedagogos e psiquiatras quando necessário. Cada profissional terá um olhar diferenciado, porém é necessário que todos os envolvidos tenham a preocupação de desenvolver um planejamento que seja praticável, tendo clareza nas comunicações em prol de um bem comum: o sucesso escolar do aluno (FARRELL, 2008).

Entre os principais problemas de aprendizagem observados em salas de aula em nosso país, estão os relacionados à leitura e a escrita, em que frequentemente observa-se a recusa do aluno em desenvolver atividades. A recusa normalmente vem acompanhada de choro, falta de limites, frustração e conseqüentemente na baixa auto-estima (SALVARI; DIAS, 2006).

2.3. Transtorno específico da aprendizagem com prejuízo na leitura

O processo de aquisição da língua escrita e falada são formas de processamento linguístico, sendo importantes ferramentas de inclusão na sociedade e de aprendizagem dos demais saberes. De acordo com Farrell (2008), quando analisada através do viés etimológico, a dislexia é uma palavra oriunda do grego, onde “dis” significa dificuldade e “lexia” reconhecimento das palavras. Sendo deste modo, uma disfunção que acomete alunos em fase escolar prejudicando a aquisição da língua falada e escrita.

O termo dislexia foi descrito pela primeira vez em meados de 1887 pelo médico oftalmologista Rudolph Berlin, na Alemanha. Um de seus pacientes apresentou dificuldades na leitura e escrita, porém mantinha as demais esferas intelectuais preservadas. A partir daí, muitas pesquisas científicas foram originadas a fim de conhecer melhor as suas características, porém, a causa do transtorno não é totalmente definida (TEIXEIRA; MARTINS, 2012).

O Manual Diagnóstico e estatístico de Transtornos Mentais (DSM, 2014), na sua quinta edição, descreve dentro dos transtornos do neurodesenvolvimento, os Transtornos Específicos da Aprendizagem e seus critérios diagnósticos. Na avaliação, para receber o diagnóstico, o paciente precisa encaixar-se em pelo menos quatro características descritas com base na sua história de vida. O Transtorno específico da aprendizagem com prejuízo na leitura (F81.0) aborda a dislexia como um termo alternativo para referenciar as dificuldades na decodificação e também no reconhecimento de palavras, leitura e ortografia.

De acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (ABD, 2019), nos estudos realizados entre os anos de 2013 e 2018, identificou-se que cerca de 15% da população brasileira convive com o transtorno. Destes, a incidência maior é em indivíduos do sexo masculino (67%), sendo que cerca de 80% dos diagnosticados têm antecedentes familiares/hereditariedade.

Compreende-se a dislexia, como um transtorno que acarreta em dificuldades na aprendizagem da língua escrita, em pronunciar ou recordar letras e palavras. Em sua maioria, as crianças disléxicas possuem a grafia ilegível, trocando letras durante a escrita (exemplo: p-q, d-b, letras viradas, ou alterações de letras vovó - ovóv) (TEIXEIRA; MARTINS, 2012).

De acordo com Teixeira e Martins (2012), a dislexia pode apresentar-se de dois modos: de evolução ou de desenvolvimento. A criança com dislexia de evolução já nasce com o transtorno apesar de não possuir comprometimentos neurológicos que justifiquem as dificuldades. Enquanto a dislexia de desenvolvimento ocorre quando o sujeito sofre alguma lesão cerebral após o domínio da leitura, tendo sua capacidade alterada.

A dislexia pode ser compreendida, então, como uma “combinação de capacidades e dificuldades que afetam o processo de aprendizagem em uma ou mais das áreas de leitura, ortografia e escrita”, comprometendo o domínio e também o uso da linguagem (FARRELL, 2008, p. 29).

2.4. A dislexia no contexto escolar

A dislexia é uma disfunção no uso de palavras que acomete diversas áreas escolares, tendo em vista que as palavras são base para todos os ensinamentos. Grande parte das crianças disléxicas apresenta prejuízos na formação da estrutura fonológica das palavras e conseqüentemente na leitura e escrita, apresentando erros entre o que está escrito, e aquilo que está sendo lido (NUNES; BUARQUE; BRYANT, 1997).

É considerada um transtorno que atinge o sistema nervoso central, sendo percebida principalmente durante o período da alfabetização pois as habilidades intelectuais e orais (normalmente) se mantêm preservadas. Alunos que apresentam diagnóstico de dislexia apresentam grandes dificuldades em utilizar-se de regras gramaticais durante a leitura. Tendo em vista que sua compreensão é mais “fraca”, ocasionando dificuldades na utilização de correspondências relativas às letras e os sons (NUNES; BUARQUE; BRYANT, 1997).

Para uma avaliação assertiva da presença da dislexia no meio escolar, é preciso que o educador esteja atento a alguns sinais indicativos. Teixeira e Martins (2012) descrevem alguns deles, tais como o uso de frases confusas, atraso para começar a falar, nomeação imprecisa (“helóptero”/ helicóptero), dificuldades para lembrar nomes, dificuldades com rimas e sequências verbais, falta de interesse na leitura, entre outras.

Apesar dessas dificuldades, observa-se que grande parte das crianças com dislexia apresentam facilidade com atividades que envolvam desenhos e cores, montagem de brinquedos, interesses por vídeos, quebra-cabeças e demais atividades que envolvam a criatividade (TEIXEIRA; MARTINS, 2012).

Farrell (2008) descreve ainda que são frequentes as dificuldades de leitura, porém, a criança com dislexia pode não apresentá-las apesar de ter o transtorno. Desse modo, é preciso avaliar cada caso de modo muito particular, pois características presentes em um indivíduo podem não se apresentar na mesma intensidade em outro.

2.5. Formação de professores em instituição EaD

O ensino não presencial é uma estratégia muito antiga. Segundo Saraiva (2008), historiadores apontam que os povos gregos e romanos já utilizavam de uma rede de comunicação por meio de correspondências. Porém, apenas em 1856, em Berlim, foi criada a primeira escola de línguas por correspondência. No Brasil, a autora cita que o acesso à educação EaD ocorreu em meados de 1922, através Radio Sociedade do Rio de Janeiro, na qual as aulas eram disponibilizadas por meio do aparelho de rádio.

A formação de professores é um assunto que ainda gera debates no senado federal. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), no artigo 61, considera-se profissional da educação, professores habilitados em nível médio ou superior, porém com a publicação da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, no artigo 62, sugere-se que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior”.

Percebe-se que os educadores são instruídos a concluírem o curso de ensino superior, a fim de se especializarem na profissão docente. Desse modo, os cursos EaD surgiram como uma oportunidade de aperfeiçoamento para quem já possuía a prática em

sala de aula, e como uma estratégia de formação com horários diferenciados, para quem pretende seguir carreira no magistério (GATTI, 2014).

Em 1996, a opção de ensino a distância passou a ser defendido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB - Lei nº 9.394/1996), que no artigo 80 ressalta que: “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada”.

De acordo com Lajolo (2018), no ano de 2016, cerca 1,5 milhões de estudantes optaram pelo método de ensino à distância em nosso país. Esse fato deve-se grande parte pelo baixo custo investido para a formação, pois as mensalidades são até 65% menores quando comparadas com as mensalidades das universidades presenciais.

O decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, em seu artigo 3º enfatiza que “os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial”. Além disso, as avaliações e os estágios devem ser realizados de modo presencial a fim de possibilitar um maior contato entre o aluno e a profissão.

Sendo assim, os primeiros cursos ofertados na modalidade EaD foram os de licenciatura, onde principalmente os profissionais que já atuavam, tiveram a oportunidade de concluir os estudos de forma rápida, estudando nas horas vagas e com baixo investimento, quando comparado ao ensino presencial (GATTI, 2014).

Nos dez primeiros anos do século XXI dobram as matrículas nos cursos de licenciatura, mas o crescimento do número de estudantes nos cursos de Pedagogia, que formam os docentes para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, é ainda expressivamente maior (GATTI, 2019. p. 106).

Apesar de facilitar a continuação dos estudos, tem-se a preocupação com o desenvolvimento de atividades EaD de modo isolado. Isto é, o aluno torna-se privado do contato presencial com os professores, e do diálogo direto, não tendo um convívio com o meio acadêmico de maneira mais ativa (GATTI, 2019).

É preciso, portanto, cautela com a forma de condução desse método de ensino. De acordo com dados do censo realizado pela ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância, em 2018, a formação dos professores que ministram aulas nas instituições de ensino a distância é muito variada. Porém, os dados descrevem que, quanto menor o custo cobrado pela mensalidade, é também menor o grau de titulação do docente. Grande parte dos cursos EaD oferecem formação em serviço para os professores e valorizam para a seleção, a atuação no mercado de trabalho.

Quanto à titulação dos tutores, cursos regulamentados totalmente a distância registram 10,9% de doutores, 34,5% de mestres e 43,3% de especialistas. Nem todas as instituições, portanto, veem o tutor como responsável somente pelo engajamento das turmas. Se há 10,9% de doutores nessa categoria profissional, é provável que algumas instituições considerem esse profissional o responsável pela apresentação e pelas discussões dos conteúdos dos cursos (ABED, 2019. p. 74)

De acordo com Saraiva (2008), é necessário ter consciência de que a educação a distância vai muito além da disponibilização de materiais nas plataformas. O ensino só

ocorre quando acontece efetivamente uma comunicação bilateral, que envolva planejamento e organização.

A ABED buscou relatar informações de graduação, pós-graduação e também cursos livres de 259 instituições, enfatizando o crescimento dessa forma de ensino bem como a sua consolidação na sociedade no decorrer dos anos. De acordo com o documento, o número de matrículas nas instituições aumentou de 1.320.025 no ano de 2017 para 2.358.934 alunos em 2018, o que demonstra uma grande adesão por parte da sociedade para a modalidade EaD.

2.6. O papel do professor e da escola na mediação dos transtornos de aprendizagem

Os profissionais que atuam nos ambientes escolares precisam estar atentos para não enquadrar os alunos dentro de padrões pré-estabelecidos. As crianças disléxicas cometem erros distintos; desse modo, alguns autores reforçam a tese de que existem variados tipos de dislexia (NUNES; BUARQUE; BRYANT, 1997).

Teixeira e Martins (2012) enfatizam que sem uma atenção especializada no meio escolar, dificilmente as crianças disléxicas conseguirão superar suas dificuldades, ficando grande parte das vezes excluídas de atividades e dos grupos escolares.

Nesse sentido, é necessário um plano escolar eficiente que vise a superação das dificuldades escolares além de um olhar interdisciplinar dos profissionais envolvidos. As dificuldades no processo da aquisição da leitura trazem diversas consequências para a criança que muitas vezes acaba por ser mal interpretada e incompreendida, ocasionando diversos outros problemas de ordem psicológica (TEIXEIRA; MARTINS, 2012).

Escolas que contam com um bom suporte psicopedagógico possuem uma importante ferramenta de transformação social, pois através desta, é possível comprometer-se não só com a aprendizagem, mas também com a história do sujeito. Destaca-se a necessidade de desenvolver ações preventivas no meio escolar, compartilhando informações entre a família e a escola, buscando condições que propiciem a prevenção e a solução das dificuldades escolares (XENÍCILA, 2019).

Além disso, o olhar atento do educador possibilita um desenvolvimento assertivo das aulas, favorecendo a inclusão de todos os educandos e possibilitando o acesso à informação independente de suas necessidades, pois compreende-se que as limitações não são empecilhos para o desenvolvimento escolar.

O professor é um dos profissionais com maiores condições de perceber as dificuldades de aprendizagem e de letramento de seus alunos, durante a realização de atividades em sala de aula. Desse modo, espera-se que o professor contate os coordenadores da escola a fim de obter mais informações sobre o assunto e conseqüentemente conseguir desenvolver atividades inclusivas (FARRELL, 2008).

O trabalho desenvolvido em estreita colaboração entre os profissionais, deve estar embasado na confiança e na responsabilidade. A escola deve desenvolver uma comunicação clara e buscar envolver toda a equipe nas atividades. Farrell (2008) destaca ainda, a importância de grupos de apoio bem como da disponibilização de literaturas informativas, palestras, reuniões e cursos, dessa forma, além de proporcionar um ensino de qualidade os profissionais terão subsídios para identificar as dificuldades e fazer os encaminhamentos necessários.

3. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida por meio de consultas bibliográficas e pesquisa de campo. A coleta de dados ocorreu através de questionário on-line, desenvolvido na plataforma Google Forms, com perguntas diretas e com sequência pré-determinada, com acadêmicos do último ano de um curso de pedagogia, que utiliza a modalidade de ensino à distância (EaD) na cidade de Xanxerê, Oeste de Santa Catarina.

A análise bem como a interpretação dos dados obtidos foi categorizado por meio de pesquisas bibliográficas, com base em artigos e livros já publicados, enfatizando a questão da aprendizagem e do ensino EaD no que diz respeito ao Transtorno específico da aprendizagem com prejuízo na leitura, a dislexia.

Os dados de levantamento serviram para obter conhecimento da percepção de uma pequena amostra de futuros professores, atualmente estudantes do ensino EaD. Para a análise dos conteúdos obtidos, após a transcrição das informações resultantes do questionário, foi realizada uma análise descritiva e diagnóstica dos dados, de modo a aprofundar a hipótese estabelecida (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como pesquisa qualitativa exploratória. A pesquisa exploratória busca o levantamento de dados sobre um objeto em específico; desse modo, segundo Dias (2000), este tipo de pesquisa visa analisar as interações reais que ocorrem a campo, entre os indivíduos, observando, analisando e registrando de modo detalhado.

4. Resultados

Após a pesquisa bibliográfica, foi encaminhado para um grupo de WhatsApp dos concluintes da graduação em licenciatura EAD um *link* com o questionário online, do Google Forms, com oito perguntas objetivas, sendo duas relacionadas ao perfil do entrevistado (idade e sexo) e seis sobre o transtorno específico da aprendizagem com prejuízo na leitura.

A pesquisa foi respondida por 11 acadêmicos, porém dois informantes foram excluídos devido as respostas serem inconsistentes. Um dos informantes disse não conhecer o transtorno, porém afirmou ter disciplinas sobre o tema na graduação, enquanto outro disse sentir-se apto ao trabalho com disléxicos sem conhecer o transtorno, inviabilizando as respostas, devido às contradições.

Desse modo, foram utilizadas apenas as respostas dadas por nove acadêmicos, sendo um masculino e nove femininos. As informações obtidas foram apresentadas conforme seguem as tabelas abaixo:

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

| Sexo | Até 30 anos | Acima de 30 anos | Total |
|-----------|-------------|------------------|-------|
| Feminino | 4 | 4 | 8 |
| Masculino | 1 | 0 | 1 |
| | | | 9 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Os resultados demonstraram que a maioria dos acadêmicos de pedagogia é do sexo feminino. Na amostra analisada foram oito participantes do sexo feminino e apenas um masculino, e das nove pessoas que participaram, cinco delas apresentavam idade inferior a 30 anos, na data da pesquisa.

Fagundes (2001) descreve que o magistério possibilitou às mulheres a inclusão no mercado de trabalho, porém percebe-se que o curso de pedagogia é em sua maioria frequentado por mulheres devido as representações sociais de proximidade com a vida familiar e a maternidade.

De acordo com o MEC (2009), com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica do ano de 2007, nas creches 97,9% dos educadores são mulheres, nos anos iniciais são 91,2%, demonstrando a predominância das mulheres nessas etapas de ensino.

Porém, essa porcentagem altera-se no ensino médio onde as mulheres somam 64,4% enquanto na educação profissional as mulheres ocupam apenas 46,7% das vagas. Demonstrando existir ainda, um longo percurso no que tange a igualdade de gênero e a valorização da mulher no mercado de trabalho (MEC, 2009).

Tabela 2 - Questionário sobre o conhecimento acerca da dislexia

| | Sim | Não |
|--|-----|-----|
| Costuma presenciar situações de dificuldades de aprendizagem em sala de aula? | 7 | 2 |
| Conhece o Transtorno específico de aprendizagem com prejuízo na leitura – dislexia? | 8 | 1 |
| Participa frequentemente de cursos de aperfeiçoamento, palestras e/ou leituras? | 6 | 3 |
| Em sua opinião, o ensino a distância prepara para o trabalho em sala de aula, tendo em vista os frequentes diagnósticos de dificuldades de aprendizagem? | 7 | 2 |
| Você teve disciplinas na graduação EaD, que abordavam a dislexia? | 6 | 3 |
| Sente-se apto para trabalhar com alunos que possuem o diagnóstico de dislexia? | 7 | 2 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

De acordo com a tabela 2, dos nove participantes, sete deles relataram presenciar situações de dificuldades de aprendizagem em sala de aula, sentem-se preparados para atuar nos casos de salas de aula com crianças diagnosticadas e acreditam que o ensino a distância oferece subsídios necessários para uma boa preparação profissional frente às dificuldades de aprendizagem.

Com relação às disciplinas que abordavam os transtornos de aprendizagem seis acadêmicos tiveram na grade curricular contato com o assunto. E o mesmo número relata desenvolver atividades extras de aperfeiçoamento e formação continuada, possuindo conhecimento sobre a dislexia.

5. Discussões

A presença constante das tecnologias no mundo é inegável e o ensino à distância possibilita a conexão de estudantes de diversos locais por meio do acesso em rede. A primeira questão relevante a se considerar é, que o aluno é o principal responsável pelo seu rendimento, sendo dele a responsabilidade de assistir aulas, participar de fóruns, simulados, palestras e realizar as leituras propostas.

No ensino EaD, por não contar com a presença física do professor, o aluno precisa desenvolver a sua autonomia, buscando estabelecer uma rotina de estudos, compreendendo que a formação do professor vai muito além da graduação. É preciso estar em constante atualização, para assim poder compreender o perfil dos educandos e das realidades escolares.

Considerando as respostas obtidas por meio da pesquisa online, apenas um acadêmico não tem conhecimento sobre a dislexia. Nas respostas sobre frequência e a participação em cursos de formação continuada, três acadêmicos assinalaram não participar desses momentos extremamente importantes para o trabalho em sala de aula. Nesse sentido, Silva e Oliveira (2014, p. 74) destacam:

Em virtude das transformações sociais, do uso da tecnologia, da velocidade em que a comunicação caminha, é que se faz necessário a atualização, o aprofundamento na área em que atua, bem como a mediação da cultura e dos valores de seus alunos e da comunidade em prol do saber, afinal através do domínio de conteúdo, saber dar aulas como também administrar sua turma avaliando corretamente é que fortalece o professor para enfrentar situações que enfrenta no seu dia a dia.

Independente da modalidade adotada para a obtenção do grau acadêmico ser a distância ou presencial, os alunos, que no caso deste estudo serão professores, precisam ter a consciência de buscar aperfeiçoar-se. Essa busca por conhecimento além do que é disposto em sala, proporciona uma melhor colocação no mercado de trabalho e principalmente um trabalho assertivo no ambiente escolar.

Os acadêmicos relataram presenciar situações de dificuldades de aprendizagem nos ambientes escolares e sete deles afirmam que o ensino EAD prepara os profissionais para a atuação frente a essas dificuldades. Porém, deve-se levar em consideração que as respostas foram obtidas de modo espontâneo, online e objetivo.

A amostra analisada é relativamente pequena quando comparada ao grande número de profissionais formados e acadêmicos de licenciatura em nosso país. Desse modo, percebeu-se que para confirmar a veracidade das informações obtidas neste trabalho, é necessário aprofundar o estudo, desenvolvendo métodos de investigação e coleta de dados, também, de modo presencial.

O ensino EaD é uma importante modalidade de ensino, porém precisa ser utilizada de modo consciente e responsável. Os diagnósticos de transtornos de aprendizagem estão muito frequentes em sala de aula e é responsabilidade do professor buscar aprofundar seus conhecimentos, além daqueles obtidos durante a graduação.

6. Conclusão

A modalidade EaD é uma opção muito vantajosa financeiramente, pois proporciona a facilidade de estudar em casa, nos horários que o indivíduo julgar mais pertinente, com o custo bastante inferior quando comparado ao ensino presencial. Além disso, a modalidade de ensino online está descrita no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) sendo uma importante ferramenta de ensino.

A flexibilidade e a autonomia ampliam também a oferta de ensino e a possibilidade de concluir uma graduação para alunos que vivem em locais onde seria difícil comparecer às aulas presenciais, sendo desta forma, um importante e valioso mecanismo de inclusão social.

A partir da pesquisa, percebe-se a importância da formação continuada como importante instrumento de conhecimento sobre as dificuldades de ensino, principalmente no que se refere aos transtornos. As universidades, assim como as escolas, devem promover cursos, enfatizar discussões e levantar questionamentos sobre os transtornos de aprendizagem e como deve se desenvolver um trabalho de ensino e aprendizagem assertivo, capacitando os profissionais e oportunizando aos alunos, o acesso a uma educação de qualidade.

É necessário destacar que, com base na amostra analisada, os acadêmicos do ensino a distância relatam ter na grade curricular disciplinas que abordam conteúdos relacionados aos transtornos de aprendizagem. Dessa forma, cabe ao profissional buscar aperfeiçoamentos, compreendendo que as dificuldades escolares são constantes e necessitam de estudo e conhecimento por parte do professor, para que este possa desenvolver um trabalho eficiente em sala de aula.

A amostra analisada demonstrou a opinião de uma pequena parte de uma turma de uma universidade da região. Porém, através desta percebe-se que na grade curricular do curso de pedagogia são disponibilizadas matérias que abordam a dislexia. Os acadêmicos possuem entendimentos sobre o Transtorno específico da aprendizagem com prejuízo na leitura (dislexia), e sentem-se preparados para atuar em salas de aula que possuem alunos diagnosticados.

O estudo foi breve, porém, abre a oportunidade sobre debates que envolvem a qualidade do ensino EAD na formação de professores, e novos estudos mais aprofundados sobre o tema, pois de acordo com as respostas obtidas, tanto o ensino presencial quando o ensino a distância são eficientes quando os alunos dedicam-se a aprender.

Referências

ABD - Associação Brasileira de Dislexia. Informações estatísticas: Disléxicos avaliados na ABD entre os anos de 2013 e 2018. Disponível em: <<http://www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Estat%C3%A9sticas-Disl%C3%A9xicos-avaliados-entre-2013-e-2018-ABD.pdf>>. Acesso em out 2019.

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2018. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/CENSO_DIGITAL_EAD_2018_PORTUGUES.pdf>. Acesso em mar 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre : ARTMED, 2014, 5. ed.

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Brasil, 1996.
- BRASIL. Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Brasília, Brasil, 2005.
- BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, & Subchefia para Assuntos Jurídico. (2013). Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Brasília, Brasil, 2013.
- DIAS, Cláudia Augusto. GRUPO FOCAL: Técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/330>>. Acesso em out 2019.
- FAGUNDES, TCPC. Pedagogia: escolha marcada pelo gênero. 2001. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5331/rdt6_18.pdf>. Acesso em jun 2020.
- FARRELL, Michael. Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem específicas: guia do professor. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- GATTI, Bernardete Angelina et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.
- GATTI, Bernardete A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. Revista USP, n. 100, p. 33-46, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/view/76164>>. Acesso em mar 2020.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – MEC. Censo do professor, 2007: perfil dos docentes de educação básica. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>>. Acesso em jun 2020.
- LAJOLO, Mariana. EAD: Mais de 1,5 milhão estuda a distância no Brasil. Jun. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/ead-15-milhao-de-pessoas-estuda-a-distancia-no-brasil/>>. Acesso em mar 2020.
- MOREIRA, Marco Antonio. Teorias da aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.
- NUNES, Terezinha; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. Dificuldades de aprendizagem da leitura: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: A relevância do social. 3 ed. São Paulo: Summus, 2001.
- SALVARI, Lucia de Fátima Carvalho; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Os problemas de aprendizagem e o papel da família: uma análise a partir da clínica. Rev. Estudos em Psicologia. Jun - Set. Campinas, 2006.
- SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história. Em aberto, v. 16, n. 70, 2008.

SILVA, Ana Maria; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. A relevância da formação continuada do (a) professor (a) de educação infantil para uma prática reflexiva. IN: III Jornada de didática: Desafios para a docência e II Seminário de pesquisa CEMAD, 2014.

TEIXEIRA, Sirlândia Reis de Oliveira; MARTINS, Solange. Dislexia na educação infantil: intervenção com jogos, brinquedos e brincadeiras. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

XENÍCILA, Ana Maria. A psicopedagogia e o fracasso escolar. Rev. ABRAPA. 1. ed. 2019. Disponível em: <https://www.abrapabr.org.br/revistas/revista_abrapa_e1.pdf>. Acesso em out 2019.